

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
ESCOLA DE HUMANIDADES
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR: DESAFIOS DO
TRABALHO COLETIVO NA ESCOLA

JÉSSICA RAMOS MOTA

FOMENTO À QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES DA META 7 DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HAMBURGO - RS

SÃO LEOPOLDO
2018

Jéssica Ramos Mota

**FOMENTO À QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES DA META 7 DO
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO HAMBURGO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Gestão e Supervisão Escolar, pelo Curso
de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão e
Supervisão Escolar: Desafios do Trabalho
Coletivo na Escola, da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daianny Madalena Costa

São Leopoldo

2018

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa da minha trajetória acadêmica concluída com o apoio daqueles com quem sempre posso contar: família e amigos, obrigada pelo apoio.

Em especial, agradeço ao Felipe e à Gabi pelo incentivo constante: vocês foram fundamentais nesta conquista!

“A educação não transforma o mundo. A educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa teve como tema a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) de Novo Hamburgo, a qual trata da melhoria da qualidade da educação ofertada, por meio do aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo como objetivo geral analisar como o município de Novo Hamburgo fomenta uma educação de qualidade, buscando atingi-la por meio do mapeamento da situação da meta, de suas estratégias e das ações propostas pelo Município. Para isso, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa, adotando-se como procedimento técnico o estudo de caso. A coleta de dados ocorreu a partir da análise documental e dos questionários com perguntas abertas e fechadas, os quais foram aplicados com membros dos órgãos colegiados responsáveis pelo acompanhamento do PME. A análise dos dados coletados foi realizada com base nos pressupostos teóricos de uma educação crítica, emancipadora e participativa. Da análise emergiram duas categorias: a primeira discute as concepções de qualidade de educação do município e, a segunda, a atuação dos colegiados de acompanhamento do PME. Por meio dos dados coletados, identificou-se que, para os membros dos órgãos colegiados participantes da pesquisa, a qualidade da educação está relacionada essencialmente ao direito ao acesso à educação, à aprendizagem efetiva e à formação de cidadãos. Foi possível inferir, ainda, que os colegiados trabalham de forma integrada, desenvolvendo atividades relacionadas às suas atribuições, bem como às estratégias previstas para atingir a meta 7 do PME (NH, 2015). Assim, os membros reconhecem a sua participação nos colegiados como forma de contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica do município. Interpretou-se, a partir dos indicadores de qualidade elencados pelos participantes da pesquisa, que os mesmos restringem o compromisso do município com a educação aos níveis de ensino ofertados pelo referido ente federado. Conclui-se que a qualidade da educação esperada pelos participantes desta pesquisa está relacionada ao sentido de qualidade social, a qual busca uma educação que contempla as questões do contexto social dos alunos e sua formação como cidadãos.

Palavras-chave: Educação de Qualidade. Meta 7. Plano Municipal de Educação. Qualidade da Educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. PROPOSTA DE PESQUISA	8
2.1. PROBLEMA	9
2.2. OBJETIVOS	9
2.2.1. Objetivo Geral.....	9
2.2.2. Objetivos Específicos	10
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA	11
3.1. ESPAÇO DE PESQUISA	12
3.2. SUJEITOS DA PESQUISA	12
3.3. COLETA DE DADOS	14
3.4. ANÁLISE DE DADOS	14
4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	16
5. O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024.....	20
5.1. IDEB: INDICADOR DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	21
6. A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO	23
6.1. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) 2015-2025	24
6.2. COLEGIADOS DE ACOMPANHAMENTO DO PME.....	26
7. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	30
7.1. CONCEPÇÕES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO..	31
7.2. ATUAÇÃO DOS COLEGIADOS DE ACOMPANHAMENTO DO PME	35
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES	46
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	47
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	50
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	52

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se ao Trabalho de Conclusão (TC) do Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escola, a qual se propôs a investigar a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) Novo Hamburgo. Esta meta refere-se à melhoria da qualidade da educação no município. Para realização da pesquisa a abordagem utilizada foi a qualitativa e o procedimento técnico adotado foi o estudo de caso, uma vez que se refere a uma pesquisa educacional.

Com o objetivo de analisar como o município de Novo Hamburgo fomenta uma educação de qualidade, buscando atingir a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (NH, 2015), por meio do mapeamento da situação da meta, de suas estratégias e das ações propostas pelo Município, o problema de pesquisa questionava: De que maneira o município de Novo Hamburgo fomenta uma educação de qualidade, buscando atingir a Meta 7 do Plano Municipal de Educação, a qual propõe “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]” (NH, 2015)?

A coleta de dados ocorreu por meio da análise documental e dos questionários com perguntas abertas e fechadas, os quais foram aplicados com membros dos órgãos colegiados responsáveis pelo acompanhamento do PME, a saber: Fórum Municipal de Educação (FME), Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação. Destaca-se que a análise dos dados obtidos foi realizada com base no método de análise de conteúdo e nos pressupostos teóricos relacionados à pesquisa, apresentados por: Freire (2001), Gadotti (2010), Gracindo (2007), entre outros.

Cabe ressaltar, ainda, que a pesquisa está organizada em sete capítulos, sendo este o primeiro, destinado à apresentação da pesquisa, sua proposta e organização. O segundo e terceiro capítulos apresentam, respectivamente, a proposta de pesquisa e a sua abordagem metodológica.

O quarto capítulo discute o conceito de qualidade da educação a partir dos pressupostos teóricos, abordando-a no sentido social. O capítulo seguinte aborda o Plano Nacional de Educação (PNE), em especial, a Meta 7 e os indicadores de qualidade. Já o município pesquisado, seu Plano de Educação e os colegiados responsáveis pelo seu acompanhamento são apresentados no sexto capítulo. A análise dos dados coletados, por sua vez, compõe o sétimo capítulo, sendo apresentadas em duas categorias de análise: a primeira discute as concepções de qualidade de educação do município e, a segunda, a atuação dos colegiados de acompanhamento do PME.

Encerrando este trabalho, o último capítulo compreende as considerações finais da pesquisa, sem ter a pretensão de encerrar as discussões acerca da melhoria da qualidade da educação, referenciada na Meta 7 do PNE e do PME.

2. PROPOSTA DE PESQUISA

Este estudo parte do pressuposto de que a qualidade da educação não se efetiva na realidade escolar apenas por estar prevista na legislação. Longe disso, a qualidade do ensino ofertado se caracteriza como um dos principais desafios a serem enfrentados pelos professores e gestores escolares.

Neste sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 propõe, em sua meta 7, “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]” (BRASIL, 2014a), estabelecendo os indicadores para medir a qualidade da educação, bem como as estratégias para atingir a qualidade pretendida.

Considerando que o PNE (BRASIL, 2014a) está em vigor há quatro anos, bem como que os municípios já elaboraram os seus respectivos Planos Municipais de Educação (PME), realizando o planejamento das ações para melhoria da qualidade da educação básica, compreende-se que é fundamental que a comunidade acompanhe este processo em seus municípios.

Diante do exposto, apresenta-se o **tema desta pesquisa**, o qual abordou a meta 7 do PME (NH, 2015) de Novo Hamburgo. Assim, investigou-se as estratégias utilizadas pelo referido município para o atingimento da meta.

Apresenta-se a seguir a Meta 7 prevista nos planos nacional e municipal de educação.

Meta Nacional 7 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Projeção IDEB Nacional (2015-2019)¹

EB	2015	2017	2019	2021
AI – EF	5,2	5,5	5,7	6,0
AF – EF	4,7	5,0	5,2	5,5
EM	4,3	4,7	5,0	5,2

¹ Legenda: EB = Educação Básica; AI – EF = Anos Iniciais – Ensino Fundamental; AF – EF = Anos Finais – Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio.

Meta Municipal 7 – Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

Projeção IDEB Municipal (2015-2019)

EB	2015	2017	2019	2021
AI – EF	5,6	5,9	6,1	6,4
AF – EF	5,1	5,3	5,6	5,8
EM	4,6	5,1	5,3	5,5

(NH, 2015, p. 65-66).

Observa-se que ambos os planos – nacional e municipal – se referem à qualidade da educação relacionando a com os índices obtidos no IDEB, em âmbito nacional e municipal, respectivamente. Diferenciam-se nas médias projetadas, sendo as municipais entre 0,3 e 0,4 pontos superiores às projeções nacionais. É importante destacar, ainda, que a meta apresenta a qualidade da educação atrelada ao fluxo escolar e à aprendizagem.

Desta forma, este capítulo apresenta a proposta da pesquisa realizada, elencando o problema de pesquisa e seus respectivos objetivos.

2.1. PROBLEMA

De que maneira o município de Novo Hamburgo fomenta uma educação de qualidade, buscando atingir a Meta 7 do Plano Municipal de Educação, a qual propõe “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]” (NH, 2015)?

2.2. OBJETIVOS

Os objetivos que nortearam a presente pesquisa são:

2.2.1. Objetivo Geral

Analisar como o município de Novo Hamburgo fomenta uma educação de qualidade, buscando atingir a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (NH, 2015), por meio do mapeamento da situação da meta, de suas estratégias e das ações propostas pelo Município.

2.2.2. Objetivos Específicos

- Mapear os procedimentos, os processos e as ações adotados pelos colegiados de acompanhamento da Meta 7 do Plano Municipal de Educação (NH, 2015).

- Identificar a(s) concepção(ões) de qualidade de educação do município, por meio da apreciação dos documentos referentes à Educação, emitidos por órgãos públicos do município pesquisado.

- Conhecer as ações propostas e desenvolvidas pelo município, em relação à efetivação da meta 7 do Plano Municipal de Educação (NH, 2015).

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A presente pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, a qual “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (FREITAS; PRODANOV, 2013, p.70).

Demo (2006) afirma que o pesquisador que utiliza esta abordagem precisa estar atento ao que lhe é dito, mas também ao que não é. Neste contexto, Freitas e Prodanov (2013) compreendem o pesquisar como instrumento-chave, considerando como básicas a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. Assim, destaca-se que “[...] a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso é impossível reduzir o entrevistado a objeto.” (DEMO, 2006, p. 34).

Ainda segundo Demo (2006), a abordagem qualitativa deveria ser reconhecida como uma pesquisa mais difícil do que a quantitativa, ressaltando o seu rigor científico e a seriedade da sua coleta de dados.

Freitas e Prodanov (2013) destacam que a pesquisa qualitativa tem como fonte de coleta de dados o ambiente natural, assim a utilização de métodos e técnicas estatísticas não são requeridas nesta abordagem. Porém, é importante ressaltar que

Métodos qualitativos e quantitativos precisam ser tomados como complementares e como regra. Dependendo do objetivo e dos propósitos da pesquisa pode-se preferir um procedimento mais qualitativo, mas seria equivocado não perceber que “dados” qualitativos também são, de alguma forma, “dados”, ou seja, possuem referências como tamanho, frequência, escala e extensão. (DEMO, 2006, p.8-9).

O procedimento técnico adotado foi o estudo de caso, o qual possibilita o estudo de evidências variadas, permitindo que a investigação preserve características de acontecimentos da vida real (YIN, 2005). É importante esclarecer, ainda, que o estudo de caso

[...] trata-se de um método de observação, de construção de raciocínio e de relato de informações que entrelaça teoria com observação de fatos, possibilitando a reflexão e a formulação de hipóteses, abrindo portas para novas descobertas, o que configura seu valor construtivo. (CAPITÃO; VILLEMOR-AMARAL, 2013, p. 238).

Freitas e Prodanov (2013), afirmam que o estudo de caso consiste em uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, a qual pode compor a pesquisa qualitativa e/ou quantitativa. Para sua realização, a severidade, a objetivação, a originalidade e a coerência destacam-se como alguns dos requisitos básicos (FREITAS; PRODANOV, 2013).

3.1. ESPAÇO DE PESQUISA

A presente pesquisa realizou-se no município de Novo Hamburgo, focando em seu Plano Municipal de Educação (NH, 2015a) e nos seus órgãos colegiados de acompanhamento do Plano. O referido município está situado no sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, há cerca de 40 km da capital Porto Alegre.

3.2. SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com nove membros dos órgãos colegiados de acompanhamento do PME do município pesquisado, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

(Continua)

Identificação	Atuação profissional	Formação acadêmica	Órgão colegiado	Representação
CCMA1	Professora e Assessora da Equipe Multiprofissional – Inclusão, da SMED/Novo Hamburgo.	Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, em Metodologia do Ensino na Área Sócio humanística e em Gestão de Polos, Mestre e Doutora em Educação.	Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação
CCMA2	Professora na escola de Arte do município.	Graduada em Língua Portuguesa, Especialista em Conselhos Escolares e Mestre em Educação.	Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação.	Fórum Permanente de Educação Infantil de Novo Hamburgo

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

(Conclusão)

Identificação	Atuação profissional	Formação acadêmica	Órgão colegiado	Representação
ETMA1	Professora e Coordenadora do Centro Municipal de Tecnologia Educacional.	Graduada em Licenciatura Plena em Matemática e Especialista em Informática na Educação.	Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação
ETMA2	Assistente Administrativo na Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.	Graduanda em Ciências Contábeis.	Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação
FME1	Professora e Assessora de gabinete.	Graduada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação.	Fórum Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação
FME2	Professora e Assessora Pedagógica de Educação Infantil da SMED/NH.	Graduada em Pedagogia, Especialista em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica.	Fórum Municipal de Educação.	Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP)
FME3	Professor e presidente do Sindicato dos Professores Municipais de NH.	Graduado em História e mestrando em História.	Fórum Municipal de Educação.	Entidades Sindicais de Profissionais da Educação (SindprofNH)
FME4	Professora e Coordenadora do Polo da Universidade Aberta do Brasil – UAB.	Graduada em Letras, Mestre em Letras e Doutora em Linguística Aplicada.	Fórum Municipal de Educação.	Secretaria Municipal de Educação
FME5	Professora e Coordenadora pedagógica de uma escola de educação infantil da cidade.	Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação.	Fórum Municipal de Educação.	Conselho Municipal de Educação – CME

Fonte: Autora.

3.3. COLETA DE DADOS

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados: a análise documental e questionário.

Para Yin (2005, p. 112), “[...] é provável que as informações documentais sejam relevantes a todos os tópicos do estudo de caso. Esse tipo de informação pode assumir muitas formas e deve ser o objeto de planos explícitos da coleta de dados.”. Sobre a análise documental, Lüdke e André (1986) destacam que os documentos são considerados uma fonte natural de informações, que evidenciam o contexto do objeto de estudo. Assim, os autores afirmam que a análise documental busca contribuir com os dados obtidos por outras fontes de coleta.

Diante do exposto, os documentos educacionais utilizados nesta pesquisa foram as legislações nacionais e municipais referentes à educação e, em especial, aos planos de educação nacional (BRASIL, 2014a) e municipal (NH, 2015), bem como os documentos da Secretaria de Educação do município pesquisado. Foram considerados, ainda, os dados de acompanhamento dos resultados dos indicadores de qualidade da educação, por meio do Observatório do PNE.

Outro meio de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o questionário, o qual “[...] tem como pré-requisito a elaboração de um impresso próprio com questões a serem formuladas na mesma sequência para todos os informantes.” (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 106). O questionário foi composto por perguntas abertas e fechadas, permitindo que o sujeito responda livremente.

3.4. ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta dos dados, as informações obtidas foram reunidas e organizadas para a realização da análise, uma vez que “A parte de desenvolvimento dos dados deve apresentar apenas uma síntese deles, fornecendo uma ideia do todo.” (KNECHIEL, 2014, p. 173).

Segundo Lüdke e André (1986), na abordagem qualitativa, é necessário analisar todos os registros obtidos durante a coleta de dados, sendo que o pesquisador deve ir além da simples descrição dos resultados, buscando novidades quanto ao assunto abordado na pesquisa, conforme afirmam Lüdke e André (1986) e Freitas e Prodanov (2013).

Cabe esclarecer, ainda, que a pesquisa utilizou a análise de conteúdo, como método de tratamento das informações obtidas, a qual “[...] se dispõe a elucidar o sentido, desvelando as intenções, comparando, avaliando, descartando os acessórios, para que, reconhecendo o essencial, possa dar sentido às ações.” (CAMPOS, 2013, p. 266).

No que se refere à análise dos dados obtidos por meio do questionário de perguntas abertas, Freitas e Prodanov (2013) destacam que trata-se de um processo cansativo e demorado.

Em relação à análise documental, por sua vez, a análise de conteúdo compreende o aprofundamento do estudo do texto documental ao dividi-lo em partes, buscando a compreensão de elementos do próprio texto, bem como do contexto (KNECHIEL, 2014).

4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, art. 205) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996, art. 2º), a educação é direito de todos, sendo a sua oferta e garantia dever do Estado e da família.

Destaca-se que a legislação faz inferência a um ensino de qualidade, estabelecendo na Constituição Federal, em seu artigo 206, inciso VII, a “garantia do padrão de qualidade” (BRASIL, 1988) como um dos princípios da oferta do ensino. Na LDBEN (BRASIL, 1996), a qualidade está contemplada em seu artigo 3º, inciso IX, que também prevê a “garantia de padrão de qualidade” da educação como um dos princípios da oferta do ensino. O Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024, por sua vez, apresenta a “melhoria da qualidade da educação” (BRASIL, 2014a, art. 2º) como uma de suas diretrizes, estando expressa também como uma das suas vinte metas.

Assim, antes de debatermos sobre os desafios e possibilidades para a oferta de um ensino e uma escola de qualidade em nosso país, é necessário fazermos algumas considerações quanto à definição do conceito “qualidade”, já que a legislação que o refere não o caracteriza.

Segundo Gracindo (2007, p. 42), “[...] o sentido dado ao termo qualidade tem tomado formas e conteúdos diversos, na medida em que ele não é auto-explicativo.”. Zenker (2013), complementa, afirmando que definir qualidade da educação torna-se extremamente complicado, uma vez que não há concordância no que se refere à constituição de qualidade.

Diante do exposto, compreende-se o conceito de qualidade como subjetivo, sendo que, para Freire (2001, p. 22), podemos defini-lo como “[...] valores que atribuímos às coisas que têm suas qualidades primárias.”. Assim, podemos também considerá-lo um conceito complexo que utiliza de parâmetros de valores comparativos (CONAE, 2017). Desta forma,

Por ser uma construção humana, o conteúdo conferido à qualidade está diretamente vinculado ao projeto de sociedade, relacionando-se com o modo pelo qual se processam as relações sociais, produto dos confrontos e acordos dos grupos e classes que dão concretude ao tecido social em cada realidade. (CONAE, 2017, p. 38).

Devemos considerar então que, assim como a educação não é neutra, o conceito de qualidade da educação também não pode ser considerado neutro. Assim, diante do exposto, tomaremos o conceito de qualidade no sentido social, o qual, de acordo com Gracindo (2007), tem como base o desenvolvimento das relações sociais, buscando constituir sujeitos sociais emancipatórios e contribuindo para a transformação da realidade. Isto, porque a qualidade também pode ser entendida como “[...] atributo de um produto que pode ser melhorado.” (ZENKER, 2013).

Esclarecemos que é fundamental diferenciar aqui os conceitos de qualidade total e qualidade social. A qualidade total compreende um padrão mercantil, conforme afirma Gadotti (2010, p. 26): “A mercantilização refere-se à atribuição de um valor econômico a todas as coisas, inclusive a um direito, como é a educação.”. Já a qualidade social, refere-se a uma nova qualidade, a qual “[...] acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se valoriza não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico.” (GADOTTI, 2010, p. 5).

Segundo Gadotti (2010, p. 12), discutir sobre “Qualidade na educação implica saber e dizer de que educação nós estamos falando, já que não existe uma só concepção de educação.”. Assim, esclarecemos que “Numa visão ampla, a educação é entendida como elemento partícipe das relações sociais, contribuindo, contraditoriamente, para a transformação e a manutenção dessas relações.” (CONAE, 2017, p. 37).

Entende-se que a educação tem como finalidade a formação de cidadãos para sua emancipação social (CONAE, 2017), sendo que “Todos nós sabemos que a educação é um processo de longo prazo e que um conjunto de fatores se associa para alcançar um bom resultado.” (GADOTTI, 2010, p. 12). Desta forma,

A “educação de qualidade” é, nessa perspectiva, aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos humanos, sociais, culturais, filosóficos, científicos, históricos, antropológicos, afetivos, econômicos, ambientais e políticos, para o desempenho de seu papel de homem e cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. (CONAE, 2017, p. 38).

Ou seja, qualidade na educação “[...] significa educar para o respeito à diversidade cultural, educar para o cuidado em relação ao outro e ao meio ambiente, rejeitando qualquer forma de opressão ou de dominação.” (GADOTTI, 2010, p. 13).

Conforme afirma Freire (2001), independentemente da nomenclatura utilizada para referir-se à qualidade na educação, deve-se ressaltar que “*educação e qualidade* são sempre uma questão política, fora de cuja reflexão, de cuja compreensão não nos é possível entender nem uma nem outra.” (FREIRE, 2001, p. 24). Corroborando neste sentido, Gadotti (2010, p. 19) resume: “A educação é de boa qualidade quando forma pessoas para pensar e agir com autonomia.”.

Devemos considerar que, “Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar.” (GADOTTI, 2010, p. 7). Assim,

As dimensões extraescolares se vinculam às relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, dentre outras, que interferem no acesso e permanência, bem como nos processos formativos. (CONAE, 2017, p. 34-35).

Como já vimos, a legislação não esclarece o conceito de “qualidade” pretendido, porém indica que a mesma deve ser medida através de indicadores internos e externos às escolas, uma vez que

[...] a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos ensino-aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 205).

Já em relação às dimensões intraescolares, “A qualidade da educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim.” (GADOTTI, 2010, p. 7), uma vez que “Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela.” (GADOTTI, 2010, p. 7).

Neste sentido, é necessário considerar as dimensões (intra e extraescolares) de forma articulada para garantir a qualidade da educação, “[...] por meio da institucionalização do SNE [Sistema Nacional de Educação], conselhos de educação, fóruns e outras instâncias de participação e deliberação na área educacional.” (CONAE, 2017, p. 40). Desta forma, a qualidade da educação

[...] necessita sustentar-se em um tipo de gestão que propicie o exercício da cidadania, promovendo a participação de todos os segmentos que compõem a escola, além da comunidade local externa, ou seja, deve se sustentar na gestão democrática. (GRACINDO, 2007, p.45).

Já em relação à qualidade da educação, no que se refere à dimensão extraescolar, destacam-se os

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica; (BRASIL, 2014a, art. 11).

Assim, apresenta-se a relação da qualidade da educação com a avaliação da educação, uma vez que “O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica [...] constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.” (BRASIL, 2014a, art. 11). Neste contexto, entende-se que “[...] é crucial a articulação entre a avaliação da educação básica e superior como elemento fundante para a garantia da qualidade.” (CONAE, 2017, p. 46).

Entendendo que a educação necessita de uma instituição democrática e de qualidade social (CONAE, 2017), destaca-se que

Não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola. A garantia dos espaços de deliberação coletiva está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais. Só aprende quem participa ativamente do que está aprendendo. (GADOTTI, 2010, p. 8).

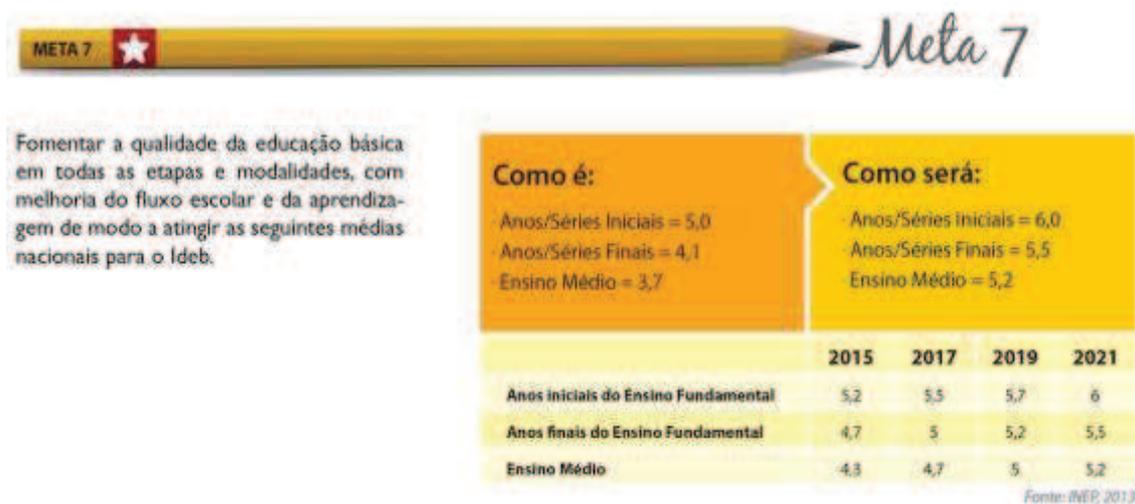
Por fim, entende-se que a gestão democrática, em âmbito escolar e dos sistemas de ensino, é elemento fundamental para a garantia e melhoria da qualidade da educação (CONAE, 2017).

5. O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014a) foi elaborado pela sociedade na CONAE 2010 e aprimorado pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2014b), sendo sancionado pela Lei n.º 13.005, em 25 de junho de 2014. É composto por 20 metas, as quais abordam a garantia do direito à educação básica com qualidade, a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, a valorização dos profissionais da educação e o ensino superior. Estas metas envolvem todos os entes federativos, sendo que “[...] em função das responsabilidades constitucionais, o envolvimento de cada esfera com cada meta é diferenciado” (BRASIL, 2014b, p. 14).

O foco desta pesquisa refere-se à Meta 7 do referido PNE (BRASIL, 2014a), a qual está entre “[...] **as metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade**, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.” (BRASIL, 2014b, p. 9, grifo do autor). Assim, busca aumentar o desempenho dos estudantes brasileiros (nota) obtido no Ideb, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 1 - Meta 7 do PNE (BRASIL, 2014)



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2015.²

² RIO GRANDE DO SUL. **Educomunicação e TIC na Escola**, 2015. Disponível em: <<http://moodle.educacao.rs.gov.br/mod/book/view.php?id=7294&chapterid=1109>>.

As metas do PNE (BRASIL, 2014a) carregam consigo as estratégias previstas para atingir o que propõem. Na Meta 7, isto também ocorre, sendo que são citadas algumas formas de medir a qualidade da educação, por meio de indicadores específicos.

5.1. IDEB: INDICADOR DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Ressalta-se que “[...] o principal indicador de qualidade é o desempenho dos alunos.” (ZENKER, 2013). Nesse sentido, a Meta 7 do PNE (BRASIL, 2014a), propõe medir o desempenho dos alunos por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Conseqüentemente, este indicador também é utilizado para medir a qualidade da educação ofertada em nosso país.

O Decreto n.º 6.094/2007, que trata da implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, apresenta um capítulo direcionado ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em que esclarece que o índice é composto por dados de rendimento escolar e desempenho dos alunos. Assim, o seu objetivo é verificar o cumprimento das metas do Compromisso. O referido decreto esclarece que:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso. (BRASIL, 2007).

Este indicador é utilizado para acompanhar a qualidade da educação, atrelada à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, a partir de resultados a serem atingidos. Desta forma, a Meta 7 prevê: “[...] fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:” (BRASIL, 2014a):

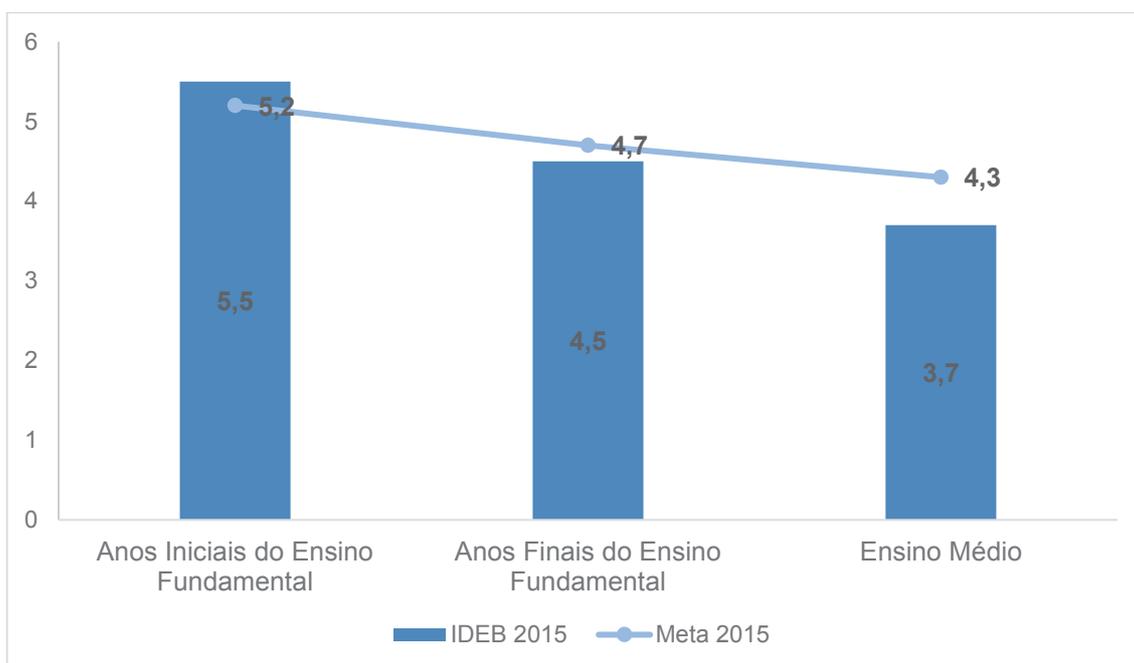
Tabela 1 – Meta 7 PNE 2014-2024 - IDEB

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE (BRASIL, 2014a).

Para compreendermos o contexto atual da educação brasileira, apresenta-se a seguir o gráfico com os resultados obtidos no Ideb (INEP, 2015) e as metas previstas.

Gráfico 1 – IDEB 2015 – Resultado X Meta



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Saeb e Censo Escolar.

A partir da análise do gráfico, é possível perceber nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que a meta foi superada, já nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a meta não foi atingida, mas o resultado alcançado fica muito próximo ao esperado. Enquanto isso, o Ensino Médio apresenta um resultado quase 1,00 ponto abaixo do esperado, sendo este o nível que demonstra maior defasagem quanto à aprendizagem dos alunos.

Desta forma, a melhoria da qualidade da educação que a Meta 7 do PNE (BRASIL, 2014a) propõe está relacionada ao desempenho dos alunos no Ideb, sendo que o aumento progressivo do índice, atingindo a média mínima prevista, configura a melhoria da qualidade.

6. A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO

O município de Novo Hamburgo localiza-se no Vale do Sinos, há cerca de 40km da capital do estado, sua população é de aproximadamente 240 mil habitantes, sendo que 4 mil se referem à população rural (NH, 2015). Ainda sobre a sua população, destaca-se que a maior parte da população se concentra na faixa etária de 22 a 49 anos, que a população feminina é predominante, bem como que a perspectiva de vida é de 73 anos de idade (NH, 2015).

Segundo dados do CENSO 2017, divulgados pelo Qedu³, o sistema de educação do município de Novo Hamburgo conta com 161 escolas de educação básica. É importante ressaltar aqui, que o número de escolas é composto pelas instituições das redes pública e privada, uma vez que

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:
I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
III – os órgãos municipais de educação. (BRASIL, 1996, art. 18).

Em 2018, o ano letivo iniciou com 23,6 mil alunos matriculados na rede municipal de ensino, distribuídos em 33 escolas de educação infantil e 52 escolas de ensino fundamental, segundo dados divulgados pela Secretaria Municipal de Educação ao Jornal NH (2018). Os estudantes matriculados entre o primeiro e o nono ano do ensino fundamental, somam 16 mil estudantes da rede municipal (Jornal NH, 2018), representando cerca de 68% dos estudantes da rede.

É possível observar, a partir da figura a seguir, um aumento no percentual de aprovações do ano letivo de 2017, em comparação ao ano de 2016, bem como a redução da evasão (abandono escolar) de 13%, conforme indicado na figura.

³ QEdu é uma plataforma, projetada a partir da parceria entre a Meritt e a Fundação Lemann, a qual apresenta a compilação dos dados referentes à Prova Brasil, ao Censo Escolar, ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e ao Enem, visando oportunizar o debate desses dados para melhoria da qualidade da educação brasileira.

Figura 2 - Dados da rede municipal de educação - 2016 X 2017



Fonte: Jornal NH (2018).

6.1. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) 2015-2025

A Lei do PNE (BRASIL, 2014a) determina que, a partir da sua publicação, os municípios têm o prazo de um ano para elaborar os seus planos de educação, de acordo com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional. Desta forma, “[...] o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.” (BRASIL, 2014b, p. 5).

O PME do município de Novo Hamburgo é “[...] resultado de discussões entre diferentes segmentos da comunidade hamburguense.” (NH, 2015, p. 4). Assim, atendendo à orientação de que a elaboração do plano municipal deve ser realizada “[...] com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.” (BRASIL, 2014a, art. 8º, § 2º).

O Plano pretende garantir o desenvolvimento educacional da Educação Básica e Superior do município (NH, 2015). A qualidade da educação é contemplada na Meta 7 do PME (NH, 2015), assim como a Meta 7 do PNE (BRASIL, 2014a), atrelando-a ao rendimento escolar, medido pelo Ideb, e ao fluxo escolar, por meio da distorção idade-ano.

Para atingir a meta proposta, o PME (NH, 2015) prevê 12 estratégias:

Quadro 2 - Estratégias da Meta 7 do PME (NH, 2015)

(Continua)

Estratégias
7.1 Elaborar, sob responsabilidade da SEDUC-2ªCRE e SMED/NH, no primeiro ano de vigência deste PMENH, diagnóstico detalhado, por escola, composto por dados e análises, considerando o resultado do IDEB, formação docente, com habilitação em nível superior de graduação compatíveis com as fundamentações pedagógicas voltadas para a metodologia científica e formação integral do indivíduo, perfil dos estudantes e do corpo de profissionais da educação, das condições de infraestrutura das escolas, dos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, como peculiaridades históricas, sociais, culturais, linguísticas, econômicas e ambientais da comunidade, considerando as especificidades das modalidades de ensino; e outros indicadores apontados como pertinentes, sobre a situação e sua relação com a meta estabelecida no PNE;
7.2 Elaborar, até o segundo ano de vigência deste PMENH, considerando o diagnóstico realizado, plano de ação por escola, em regime de colaboração, resguardadas as responsabilidades, focando o alcance das metas do IDEB, escalonando índices periódicos, articulados aos definidos no PMENH;
7.3 Promover, sob responsabilidade da SEDUC-2ªCRE e SMED/NH, por meio de parcerias, a formação continuada dos profissionais da Educação;
7.4 Elaborar um planejamento estratégico, sob responsabilidade SEDUC-2ªCRE e SMED/NH, redefinindo formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;
7.5 Orientar e acompanhar, em regime de colaboração, por meio de ações articuladas da SEDUC-2ªCRE e SMED/NH, as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média municipal, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos Municípios;
7.6 Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da Educação Básica e do IDEB, relativos às escolas, às redes públicas de Educação Básica e ao sistema de ensino do município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação, promovendo um efetivo trabalho de melhoria dos índices da Educação Básica;
7.7 Universalizar, até o segundo ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em alta velocidade e duplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de Educação Básica;
7.8 Promover, estimular e desenvolver a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, provendo formação continuada neste campo, a todos os professores, por meio de ações das redes (pública e privada) e secretaria municipal de Educação, garantindo formação dentro da carga horária do professor;

Quadro 2 - Estratégias da Meta 7 do PME (NH, 2015)

(Conclusão)

Estratégias
7.9 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando mecanismos que garantam a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a Internet, sob responsabilidade das redes (pública e privada) e secretaria municipal de Educação;
7.10 Garantir políticas de combate à violência na escola, em todas as dimensões, que fortaleçam a comunicação com a rede de proteção à criança e ao adolescente, articulando com as redes de Saúde, Assistência Social, Secretaria de Segurança e Ministério Público, promovendo a adoção das providências adequadas para cultivar a construção da cultura de paz e de afirmação dos direitos humanos e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, com apoio efetivo dos órgãos competentes, profissionais especializados, para o andamento da qualidade do processo;
7.11 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos, ampliando o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, por meio de ações do Fórum Estadual de Educação e fóruns municipais de educação;
7.12 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio de articulação no município.

Fonte: elaborado pela autora com base no PME (NH, 2015, p. 66-68).

Apesar do texto da meta relacionar o fomento da qualidade à melhoria dos fluxos escolar e de aprendizagem, as estratégias propostas para atingir a meta abrangem muitos outros aspectos. Dentre os novos aspectos abordados pelas estratégias, podemos destacar: formação continuada dos profissionais da educação (estratégia 7.3), acesso às tecnologias da informação e da comunicação (estratégias 7.7, 7.8 e 7.9), combate à violência (7.10) e relação família-escola-comunidade (7.11).

6.2. COLEGIADOS DE ACOMPANHAMENTO DO PME

Atrelado à qualidade da educação e às metas e estratégias previstas no PME está o seu acompanhamento pela comunidade. Neste sentido, a CONAE (2017, p. 48) destaca que

É necessário estabelecer um compromisso coletivo com a educação e com a qualidade da educação e do ensino ofertado à população em todos os seus níveis, etapas e modalidades educativas, fortalecendo, assim, a participação popular e, por sua vez, o controle social.

Cabe salientar que o termo “controle social” citado pela CONAE (2017) compreende que os rumos da educação são de responsabilidade compartilhada, abrangendo o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação.

Neste contexto, o município conta com o Fórum Municipal de Educação, a Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação. Estes órgãos colegiados são compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade, sendo legitimados em legislações específicas do município. Segundo a CONAE (2017, p. 50):

Essas instâncias precisam se constituir como espaços democráticos de controle social e de tomada de decisão, garantindo novos mecanismos de organização e gestão, baseados em uma dinâmica que favoreça o processo de interlocução, o diálogo entre os setores da sociedade, buscando construir consensos e sínteses entre os diversos interesses e visões, que favoreçam a tomada de decisões coletivas.

O Fórum Municipal de Educação (FME) do município de Novo Hamburgo, instituído pelo Decreto nº 8150/2017, é o órgão responsável por coordenar as conferências municipais de educação. Tem como finalidade, ainda, o acompanhamento e a avaliação da implementação das suas deliberações e promoção da articulação com os demais fóruns de educação.

Os membros do Fórum representam diferentes órgãos e entidades do município que atuam em diferentes áreas. Assim, compõe o Fórum representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, do Conselho Municipal de Educação, da Universidade Aberta do Brasil, das instituições do ensino superior, das instituições da educação profissional, das instituições privadas de ensino, das escolas estaduais do município, das entidades sindicais de profissionais da educação, dos estudantes, de pais de alunos, dos empresários e Sistema "S", do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência, da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar e do Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania do Idoso (NH, 2017a).

São atribuições do FME:

- I - convocar, planejar e coordenar a realização de conferências municipais de educação, bem como divulgar as suas deliberações;
- II - elaborar seu Regimento Interno, bem como o das conferências municipais de educação;
- III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das conferências municipais de educação;
- IV - planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
- V - acompanhar, junto a Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação;
- VI - acompanhar o monitoramento do Plano Municipal de Educação. (NH, 2017a, art. 2º).

Para além das atribuições supracitadas, o FME também “[...] promoverá a articulação das Conferências Municipais com as conferências Regionais, Estaduais e Federais.” (NH, 2015, p. 90).

Já a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Novo Hamburgo, instituída pelo Decreto nº 7760/2017, tem como atribuição:

- I - Monitorar continua e periodicamente a execução do PME e o cumprimento de suas metas;
- II - Verificar e analisar a evolução dos indicadores em conjunto com a Equipe Técnica;
- III - Emitir relatórios anuais sobre a evolução das metas contidas no Plano;
- IV - Divulgar, em conjunto com a Equipe Técnica, os resultados dos relatórios do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais;
- V - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação e o cumprimento das metas;
- VI - Criar um observatório municipal de educação básica e superior de Novo Hamburgo, assim como uma comissão municipal do ensino superior;
- VII - Mobilizar a sociedade civil, por meio do Fórum Municipal de Educação, para discussão dos problemas educacionais, tendo como referência o diagnóstico do Município e as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- VIII - Elaborar relatórios com as proposições apresentadas por ocasião das reuniões do Fórum Municipal de Educação;
- IX - Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA do Município em relação ao PME;
- X - Assegurar as dotações orçamentárias compatíveis com as metas e estratégias do PME. (NH, 2017b, art. 2º).

É composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação, da 2ª Coordenadoria Regional de Educação e do Fórum Permanente de Educação Infantil de Novo Hamburgo (NH, 2017b).

A Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS composta apenas por representantes da Secretaria Municipal de Educação foi instituída pelo Decreto nº 7759/2017. Suas atribuições compreendem:

- I - Coletar e sistematizar dados referentes as metas anualmente, em fontes de pesquisas oficiais;
- II - Emitir notas técnicas em casos de dificuldades de aferição e para metas que dependam de indicadores e fontes próprias do município;
- III - Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;
- IV - Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA do Município;
- V - Verificar e analisar a evolução dos indicadores em conjunto com a Comissão Coordenadora;
- VI - Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME. (NH, 2017c, art. 2º).

Os órgãos colegiados apresentados, os quais são responsáveis pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME, constituem-se como espaços democráticos na “[...] gestão e proposição de políticas educacionais, bem como exercem o papel de controle social sobre as políticas educacionais em curso.” (CONAE, 2017, p. 50).

7. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados foram coletados por meio de questionários (Apêndices A, B e C), os quais compreendiam questões abertas e fechadas, sendo disponibilizados via e-mail, no período de 19 de junho a 19 de julho, ficando disponíveis para preenchimento durante 30 dias. Destaca-se que o prazo proposto inicialmente foi de 11 dias, encerrando no dia 30 de junho, contudo foi necessário ampliar o prazo para atingir uma amostra mais significativa.

O universo da pesquisa foi composto por 30 questionários, que correspondem aos membros que integram os três órgãos colegiados pertencentes a esta pesquisa. Já a amostra coletada foi de 9 instrumentos preenchidos, uma vez que os respondentes têm a liberdade de escolha em participar da pesquisa, podendo optar por não responder. Desta forma, a quantidade de questionários respondidos representou 30% do universo.

Cabe esclarecer que, para preservar a identidade dos participantes desta pesquisa, os mesmos foram mencionados conforme o colegiado que integram. Assim, para diferenciar os cinco membros do Fórum Municipal de Educação, utilizou-se a sigla do Fórum acompanhada de números de 1 a 5 para identificá-los, por exemplo: FME1. Da mesma forma, foram identificados os dois membros da Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dos dois membros da Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, chamados de CCMA1 e ETMA1, respectivamente.

A partir da análise dos dados coletados emergiram duas categorias: concepções de qualidade de educação do município e atuação dos colegiados de acompanhamento do PME. Assim, os subcapítulos seguintes propõem uma reflexão acerca das concepções de “educação de qualidade” e da atuação dos colegiados no acompanhamento do PME (NH, 2015), com base na análise das manifestações dos sujeitos desta pesquisa e dos pressupostos teóricos relacionados a estas temáticas.

7.1. CONCEPÇÕES DE QUALIDADE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

A partir da análise das respostas dos participantes quanto ao que significa qualidade da educação no município de Novo Hamburgo, podemos afirmar que a qualidade está relacionada a diversos aspectos, conforme ressalta CCMA1:

“Pensar a qualidade da educação implica refletir sobre múltiplas questões implicadas no processo educacional, desde a formação inicial e continuada dos professores, o investimento público em educação, o ensino que possibilite aprendizagens significativas, o número de vagas e a estrutura das escolas, entre outras questões.”.

Assim, considerando que “A qualidade na educação é o resultado das condições que oferecemos a ela.” (GADOTTI, 2010, p.11) e para contribuir com o entendimento das concepções de qualidade da educação, os participantes da pesquisa foram questionados quanto aos aspectos que consideravam como principais indicadores de qualidade. É importante esclarecer que este questionamento solicitava que os participantes da pesquisa escolhessem até cinco indicadores que considerassem como principais. Destaca-se, ainda, que a lista de indicadores disponibilizada foi elaborada tendo como base as vinte metas do PNE (BRASIL, 2014).

Observa-se, no gráfico a seguir, a quantidade de apontamentos para cada um dos indicadores apresentados aos participantes. Destaca-se que foram contabilizadas 43 respostas, pois um dos sujeitos da pesquisa sinalizou apenas 3 indicadores, os demais fizeram a sinalização máxima – 5 indicadores.

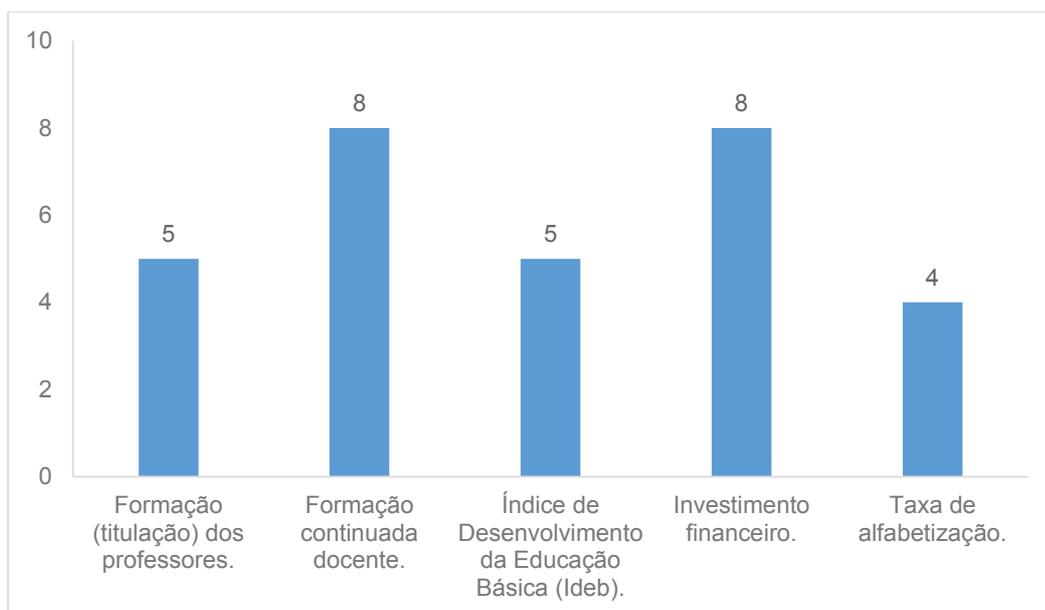
Gráfico 2 - Respostas dos indicadores de qualidade



Fonte: elaborado pela autora.

A partir do gráfico, é possível inferir que os participantes da pesquisa não compreendem como principais indicadores de qualidade da educação as matrículas no Ensino Superior e na Educação Profissional Técnica. Da mesma forma, podemos entender que oferta de educação integral, distorção idade-série, número de matrículas na Educação Básica, gestão democrática, escolaridade da população e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) são indicadores importantes para medir a qualidade da educação no município. Já os indicadores que obtiveram o maior número de apontamentos, podem ser considerados como os principais indicadores de qualidade da educação no município, os quais estão relacionados no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Principais indicadores de qualidade



Fonte: elaborado pela autora.

Os indicadores “formação (titulação) dos professores” e “formação continuada docente”, os quais obtiveram 5 e 8 apontamentos pelos participantes da pesquisa, respectivamente, também foram citados na explicação quanto ao conceito de qualidade de educação:

“Em 2009, os professores tiveram seus planos de carreira extintos e o novo plano, de 2011, não valoriza a formação acadêmica e continuada dos professores da RME [Rede Municipal de Ensino]. Tais fatos trouxeram uma alta rotatividade de professores, o que influencia negativamente na qualidade do ensino. Entretanto, os professores que atuam na RME fazem de tudo para realizar seu trabalho com excelência, portanto parte daí, dos professores e professoras, a qualidade da educação em NH.” (FME3).

Para Gadotti (2010, p. 16), a formação acadêmica e continuada dos professores também são indicadores que contribuem para melhoria da qualidade da educação: “Ao lado do direito do aluno aprender na escola, está o direito do professor dispor de condições de ensino e do direito de continuar estudando.”, uma vez que “Todos nós sabemos que a **qualidade do professor** é estratégica quando se fala de educação de qualidade.” (GADOTTI, 2010, p.18).

Observa-se que a aprendizagem é um dos aspectos que estão diretamente relacionados ao significado de qualidade da educação, uma vez que quatro dos entrevistados a pontuaram. Assim, podemos inferir que, para os participantes desta pesquisa:

“Uma educação de qualidade é aquela que possibilita a aprendizagem de todos os envolvidos no processo educacional.” (CCMA1).

Neste contexto, considerando que “Qualidade na educação implica saber e dizer de que educação nós estamos falando, já que não existe uma só concepção de educação.” (GADOTTI, 2010, p. 12), neste sentido:

“Qualidade da Educação no município de Novo Hamburgo significa uma educação inclusiva e equitativa, em que todas as crianças tenham direito ao livre acesso à Educação, sendo alfabetizadas, aprendendo as quatro funções básicas da matemática, lendo e interpretando textos, enfim, tornando-se alunos propriamente ditos, que apresentem resultados satisfatórios ao final do ano, e, além disso, tornarem-se cidadãos responsáveis.” (ETMA2).

Ao encontro da afirmação de ETMA2, Gadotti (2010, p. 15) ressalta que “O direito à educação não é o direito de se matricular na escola, mas o direito de aprender na escola.”. Assim, outro participante da pesquisa complementa:

“O município tem obrigação com a oferta e qualidade da educação básica, onde os estudantes tenham vivências ricas e aprendizagem efetiva, em escolas com ambientes bem estruturados e professores atualizados.” (FME2).

Este relato também se refere a duas das três condições básicas para a qualidade da educação, segundo Gadotti (2010, p. 19): “[...] professores bem formados, condições de trabalho e um projeto.”.

É possível inferir que a concepção de qualidade da educação dos participantes da pesquisa está relacionada ao sentido social da qualidade, “[...] a qual possui uma lógica que tenta compreender a relevância social da construção dos conhecimentos e de posturas na escola.” (GRACINDO, 2007, p. 42). É importante ressaltar, ainda, que:

O sentido de qualidade, em uma educação emancipadora, decorre do desenvolvimento das relações sociais (políticas, econômicas, históricas, culturais), em que os homens sejam sujeitos de suas ações e os processos sejam definidos por eles de forma participativa e sustentável. (CONAE, 2017, p. 38).

Esta relação pode ser observada através da seguinte afirmação:

“Qualidade pautada em princípios sociais, embasada em projetos políticos pedagógicos coerentes com essa perspectiva, visando os processos de ensino e aprendizagem.” (FME1).

Corroborando com os destaques realizados pelos participantes da pesquisa, Gracindo (2007, p. 43) destaca que a qualidade social

[...] desenvolve conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma mediante a qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo, a partir da concepção de mundo, sociedade e educação que possui.

Outro aspecto importante destacado pelos participantes, refere-se à formação do cidadão:

“Qualidade da educação significa implementar uma proposta pedagógica que vise ao desenvolvimento da pessoa, especialmente, para que ela se torne um cidadão capaz de agir na sociedade letrada, o que implica em saber usar a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais.” (FME4).

Neste sentido, “Se a finalidade última da educação é a formação de cidadãos, então, a qualidade da educação precisa estar voltada para esse fim [...]” (GRACINDO, 2007, p. 45).

Diante do exposto e concordando que a *“Qualidade é um conceito amplo e complexo, pois está interligado a um conjunto de leis e a um determinado contexto.”* (FME5), podemos ponderar, a partir da análise das respostas dos sujeitos desta pesquisa, no contexto de Novo Hamburgo, que a qualidade da educação está relacionada ao sentido social, bem como que a mesma também pode ser entendida como um conjunto de fatores legais, financeiros e pedagógicos que contribuem para a efetivação da aprendizagem.

7.2. ATUAÇÃO DOS COLEGIADOS DE ACOMPANHAMENTO DO PME

A partir da análise das respostas dos participantes ao questionamento “Como a sua atuação no órgão colegiado contribui para a melhoria da qualidade da educação no município?”, podemos afirmar que os sujeitos desta pesquisa reconhecem que a sua participação nos órgãos colegiados, por meio das atividades desenvolvidas e das discussões realizadas, contribui para a melhoria da qualidade da educação do município.

Um deles explicou:

“Faço parte da equipe técnica responsável pela organização dos dados, e com estes, políticas e decisões podem ser tomadas para qualificar a educação no município.” (ETMA1).

Ao encontro disso, um dos membros do FME, participante da pesquisa, pontuou:

“A atuação no Fórum é importante porque esta é uma oportunidade de reflexão sobre a educação, que conta com diversos pontos de vista, o que propicia perceber quais ações já existem a seu favor, quais precisam ser implementadas e como elas podem ser postas em prática.” (FME4).

O trabalho integrado entre os colegiados foi um dos aspectos que se destacou durante a análise, como pode ser observado na seguinte afirmação:

“As ações foram planejadas de forma colaborativa, por representantes da Equipe Técnica e Comissão Coordenadora. A partir desse planejamento estão sendo organizados grupos de trabalho. A Equipe Técnica e Comissão Coordenadora se reúnem mensalmente para organizar o trabalho de forma geral e socializar as atividades dos grupos de trabalho, que reúnem-se de acordo com a necessidade.” (CCMA1).

O trabalho integrado entre estes colegiados está previsto nas suas atribuições, sendo que a verificação e análise da evolução dos indicadores do PME deve ser realizada em conjunto (NH, 2017c), bem como a divulgação dos resultados dos relatórios de monitoramento e de avaliação (NH, 2017b).

Cabe esclarecer que a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora são responsáveis pelo “[...] acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.” (NH, 2017b, art. 1º). Tal finalidade, é reconhecida como uma forma de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no município por um dos participantes da pesquisa:

“Considero que a minha atuação na Comissão contribui para a melhoria da qualidade da educação no município ao possibilitar a organização de discussões de dados sobre a educação e a compreensão sobre eles, bem como, ao auxiliar a partir disso a pensar em políticas públicas condizentes com a realidade do município.” (CCMA1).

Destaca-se, ainda, que cada um destes colegiados também possui atribuições específicas, conforme já apresentado anteriormente (Capítulo 6).

Dentre as atribuições da Equipe Técnica, por exemplo, está prevista a coleta e sistematização dos dados referentes as metas (NH, 2017c):

“A equipe técnica se reúne e realiza a coleta de dados nos sítios oficiais, organizando-os de acordo com a proposta de monitoramento do PME.” (ETMA1).

Neste sentido, o outro membro da Equipe Técnica que participou da pesquisa explicou, ainda, quanto ao trabalho desenvolvido no colegiado, citando o seguinte exemplo:

“Estudo das peças orçamentárias (PPA⁴, LDO⁵ e LOA⁶): objetivando alocar as despesas públicas normais de todos os anos e procurando encaixar demais despesas como investimentos, por exemplo.” (ETMA2).

Relacionado à atribuição referente à verificação e participação da Equipe Técnica na elaboração das previsões orçamentárias municipais (NH, 2017c).

Já a Comissão Coordenadora tem como uma de suas atribuições o monitoramento contínuo e periódico da execução do PME e do cumprimento das suas metas (NH, 2017b). O exercício desta atribuição pode ser observado por meio do seguinte exemplo:

“No campo da Educação Infantil monitoramos a Meta 1 com o intuito de garantir o acesso das crianças a esta etapa, tanto na creche quanto na pré-escola, ou seja, tanto para bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.” (CCMA2).

O FME, por sua vez, também realiza um trabalho integrado aos demais órgãos – Equipe Técnica e Comissão Coordenadora – como pode ser observado na seguinte afirmação:

“O FME é o grupo responsável pela análise e acompanhamento do material produzido por dois grupos específicos que trabalham com o PME.” (FME5).

Segundo os membros do FME participantes da pesquisa, as atividades desenvolvidas focam na organização de conferências, sendo esta uma das

⁴ Plano Plurianual (PPA).

⁵ Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO).

⁶ Lei Orçamentária Anual (LOA).

ações citada por todos os membros. Assim, cumprindo a sua finalidade, a qual compreende que o Fórum deve:

[...] coordenar as conferências municipais de educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, e promover as articulações necessárias entre os correspondentes fóruns de educação dos Estados, do Distrito Federal e da União. (NH, 2017a, art. 1º).

Outra atribuição lembrada pelos membros como uma das ações realizadas pelo Fórum, refere-se ao acompanhamento do monitoramento do PME (NH, 2017a), sendo indicado por três dos cinco participantes da pesquisa que integram o FME. Um deles ainda relaciona esta ação com a sua contribuição para melhoria da qualidade da educação no município:

“Acredito que seja pela via do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação. Acompanhando a efetivação do cumprimento das metas do PME, o Fórum estará cumprindo boa parte de suas responsabilidades.” (FME5).

Diante do exposto, é importante esclarecer que uma das questões que os participantes da pesquisa deveriam responder solicitava que citassem e explicassem as ações planejadas e implementadas pelo órgão colegiado ao qual integra, visando a melhoria da qualidade da educação no município. Observa-se que as ações citadas pelos membros do FME relacionavam-se às atribuições e à finalidade do mesmo. Já as ações citadas pelos membros da Equipe Técnica e da Comissão Coordenadora, além de se relacionarem ao cumprimento das atribuições dos referidos colegiados, também estão ligadas às estratégias previstas na Meta 7 do PME (NH, 2015).

Em relação às estratégias 7.7 e 7.9 do PME (NH, 2015), as quais se referem ao acesso a computadores e a equipamentos e recursos tecnológicos digitais nas escolas públicas:

“Aquisição de equipamentos: na medida do possível são adquiridos novos equipamentos de informática e móveis, conforme a necessidade de cada comunidade escolar.” (ETMA2).

O mesmo membro relatou ainda sobre a promoção das formações continuadas dos profissionais da educação, a qual está prevista como a estratégia 7.3 do PME (NH, 2015):

“Formação continuada dos profissionais da Educação: semanalmente ocorrem formações para os professores nas mais diversas áreas, como educação infantil, inclusão, medicação a leitura, entre outros. Além disso durante o ano são oferecidos seminários e eventos que agregam conhecimento aos profissionais. A formação dos profissionais deve ser uma constante.” (ETMA2).

As ações relacionadas a esta estratégia foram citadas também por outro participante:

“Também planejamos manter a qualidade da habilitação e formação das profissionais que atuam nesta etapa [Educação Infantil], valorizando-as, além disso promover a divulgação do trabalho realizado nesta etapa educacional.” (CCMA2).

É importante destacar, ainda, o caráter político dos órgãos colegiados de acompanhamento do PME, o que foi pontuado por um dos participantes da pesquisa:

“Entretanto, como um ator político e social, o FME tem como pressionar para a efetivação destas ações em prol das melhorias de qualidade.” (FME3).

Assim, os colegiados apresentam-se como espaços democráticos que favorecem “[...] o processo de interlocução, o diálogo entre os setores da sociedade, buscando construir consensos e sínteses entre os diversos interesses e visões, que favoreçam a tomada de decisões coletivas.” (CONAE, 2017, p. 50).

Por fim, é importante ressaltar que foi possível perceber, ao analisar as manifestações dos respondentes, que todos têm consciência de que sua atuação no colegiado ao qual pertencem contribui para melhoria da qualidade da educação do município. Desta forma, podemos afirmar que os órgãos colegiados responsáveis pelo acompanhamento do PME são atuantes no município, buscando a melhoria da qualidade da educação, já que “[...] mobilizam amplos setores em interação com o poder público, razão pela qual exigem forte engajamento e compromisso de todos e todas, notadamente para lutar por uma educação de qualidade social.” (CONAE, 2017, p.8-9). O que ocorre tanto por meio do cumprimento das atribuições dos colegiados, quanto no planejamento e execução de ações que coloquem em prática as estratégias previstas no PME (NH, 2015).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou a concepção de qualidade da educação a partir dos pressupostos teóricos que fundamentaram a investigação, abordando o que está previsto na legislação brasileira em relação à qualidade e, também, no sentido da qualidade social. Em seguida, destacou-se o PNE (BRASIL, 2014a), o qual prevê a melhoria da qualidade da educação em sua sétima meta. Neste caso, está diretamente relacionada ao desempenho dos alunos no Ideb. Existem, ainda, outros aspectos a serem considerados para verificar a qualidade da educação, os quais chamamos de indicadores de qualidade que compreendem aspectos intra e extraescolares.

A partir do PNE (BRASIL, 2014a), os municípios brasileiros deveriam elaborar, no ano seguinte, o seu plano. Assim, apresentou-se uma breve contextualização dos dados da educação. Na sequência, realizou-se a discussão quanto ao seu PME (NH, 2015), em especial, à meta 7 e suas estratégias que, assim como no PNE (BRASIL, 2014a), também abordam a melhoria da qualidade da educação. A referida meta (NH, 2015) propõe o atingimento das notas do Ideb superior ao previsto no PNE (BRASIL, 2014a).

Ainda em relação ao município pesquisado, apresentou-se os órgãos colegiados responsáveis pelo monitoramento e acompanhamento do PME (NH, 2015), são eles: o Fórum Municipal de Educação, a Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação. Estes colegiados são compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade e entidades do município.

A partir da coleta de dados, a qual realizou-se através de questionários respondidos pelos membros dos órgãos colegiados responsáveis pelo monitoramento e acompanhamento do PME (NH, 2015) supracitados foram elencadas duas categorias de análise: a primeira sobre concepções de qualidade de educação do município e, a segunda, quanto à atuação dos colegiados de acompanhamento do PME.

Em relação à primeira categoria de análise, destaca-se que, de forma geral, os membros dos órgãos colegiados de acompanhamento do PME participantes desta pesquisa, compreendem que a qualidade da educação vai além dos índices. Para eles, a qualidade da educação está relacionada essencialmente ao direito ao acesso à educação, à aprendizagem efetiva e à formação de cidadãos.

Desta forma, a concepção de qualidade da educação defendida pelos participantes está relacionada ao sentido social da qualidade, a qual, segundo os autores basilares desta pesquisa, considera o contexto social na construção dos conhecimentos e no processo de desenvolvimento dos alunos. Entendem, também, que a qualidade da educação está ligada a diversos aspectos, sendo que os principais indicadores de qualidade considerados pelos participantes, foram: formação (titulação) dos professores, formação continuada docente, Ideb, investimento financeiro e taxa de alfabetização.

Destaca-se, ainda, que os membros não relacionam o Ensino Técnico e o Ensino Superior à melhoria da qualidade da educação no município, uma vez que não foram mencionados como indicadores de qualidade pelos mesmos. Interpreta-se que esta restrição está relacionada com a cooperação dos entes federados para oferta do ensino, sendo de responsabilidade dos municípios a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Porém, salienta-se que a qualidade da educação do município compreende todos os níveis e modalidades de ensino existentes no mesmo, sem restringir-se a educação que é mantida pelo município.

Já quanto à segunda categoria de análise, é importante salientar que os membros reconhecem a sua atuação no colegiado como uma das formas de melhorar a qualidade da educação do município, por meio das atividades desenvolvidas e das discussões realizadas. Outro ponto evidenciado pelos participantes da pesquisa diz respeito ao trabalho integrado entre os colegiados, o qual está previsto nas atribuições dos mesmos, e, segundo os seus membros, é realizado na prática dos colegiados.

Ressalta-se que, para além do cumprimento das atribuições dos colegiados, as ações desenvolvidas pelos mesmos também contemplam as estratégias relacionadas à meta 7 do PME (NH, 2015), as quais foram indicadas pelos membros da Equipe Técnica e da Comissão Coordenadora. Foram

destacadas ações relacionadas ao acesso a computadores e a equipamentos e recursos tecnológicos digitais nas escolas públicas, que correspondem às estratégias 7.7 e 7.9 do PME (NH, 2015), e ações referentes à promoção das formações continuada dos profissionais da educação, correspondente à estratégia 7.3 do PME (NH, 2015).

É importante pontuar, ainda, que a expressão “acompanhamento” foi frequentemente mencionada pelos membros tanto ao indicar como sua participação no colegiado contribui para a melhoria da qualidade da educação no município, quanto ao citar as ações realizadas pelos órgãos colegiados. São diversas as formas e tipos de acompanhamento citados, porém independentemente do contexto, não há indicação explícita do que a expressão significa. Assim como o conceito de qualidade não é auto-explicativo, salienta-se que o conceito de acompanhamento também não é. Desta forma, fica o questionamento: quais as condições e ações que caracterizam o acompanhamento que os membros dos colegiados se referem?

Assim, pode-se afirmar que a presente pesquisa atingiu os objetivos que se propôs, ao discutir as concepções de qualidade de educação no município de Novo Hamburgo, bem como por evidenciar a atuação dos órgãos colegiados do município responsáveis pelo monitoramento do PME (NH, 2015), no que diz respeito à Meta 7.

Encerrando esta pesquisa, apresenta-se como reflexão à questão norteadora desta pesquisa: “De que maneira o município de Novo Hamburgo fomenta uma educação de qualidade, buscando atingir a Meta 7 do Plano Municipal de Educação, a qual propõe ‘fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]’ (NH, 2015)?”, afirma-se que os membros dos órgãos colegiados participantes desta pesquisa compreendem que a sua atuação nos referidos colegiados é um dos aspectos contribuintes para a melhoria da qualidade da educação do município. Entendem, ainda, que a qualidade da educação esperada está relacionada ao sentido de qualidade social, a qual busca uma educação que contemple as questões do contexto social dos alunos e sua formação como cidadãos. Por fim, espera-se que as considerações da presente pesquisa corroborem para com as demais investigações realizadas sobre os temas aqui abordados.

REFERÊNCIAS

2018, o ano de elevar a média na educação em Novo Hamburgo. Jornal NH, Novo Hamburgo, RS, 23 fev. 2018. Disponível: <https://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2018/02/noticias/regiao/2238572-2018-o-ano-de-elevar-a-media-na-educacao-em-novo-hamburgo.html>. Acesso em: mai. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: out. 2017.

_____. **Decreto n.º 6.094**, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: out. 2017.

_____. **Lei n.º 13.005**, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: out. 2017.

_____. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação: 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

CAMPOS, Dinael Corrêa de. **A análise de conteúdo na pesquisa qualitativa**. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CAPITÃO, Cláudio Garcia; VELLE MOR-AMARAL, Anna Elisa de. **A pesquisa com estudo de caso**. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

CONAE 2018: **Conferência Nacional de Educação**: documento-referência. Fórum Nacional de Educação. Brasília, 2017. Acesso em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Documento-ReferenciaCONAE2018.pdf>>.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papyrus, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Campinas: Cad. CEDES, vol.29, n.78, Mai/Ago, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília. 2007.

KNECHIEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NOVO HAMBURGO. **Decreto nº 7759**, que Institui e nomeia a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Novo Hamburgo/RS, e dá outras providências, 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/n/novo-hamburgo/decreto/2017/776/7759/decreto-n-7759-2017-institui-e-nomeia-a-equipe-tecnica-para-monitoramento-e-avaliacao-do-plano-municipal-de-educacao-pme-do-municipio-de-novo-hamburgo-rs-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Decreto nº 7760**, que institui a Comissão Coordenadora para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Novo Hamburgo/RS, 2017. Disponível em: <<http://t.novohamburgo.rs.gov.br/arquivos/7760.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Decreto nº 8150**, que institui o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Novo Hamburgo/RS, e dá outras providências, 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/n/novo-hamburgo/decreto/2017/815/8150/decreto-n-8150-2017-institui-o-forum-municipal-de-educacao-fme-do-municipio-de-novo-hamburgo-rs-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: jan. 2018.

_____. **Lei 2.823/2015**, que aprova e institui o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://educacao.novohamburgo.rs.gov.br/uploads/parent_folder/dbedabdb568019881/bcfadebebebd1009901830/daacedccabda1172067429.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZENKER, Márcia Rosiello. **O que é uma escola de excelência?** Revista Pátio, Número 65, Fevereiro, 2013. Disponível em: <<http://loja.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/8329/o-que-e-uma-escola-de-excelencia.aspx>>. Acesso em: nov. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Este questionário integra a pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar da UNISINOS, pela acadêmica Jéssica Ramos Mota. A pesquisa aborda a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) de Novo Hamburgo. Assim, conto com sua contribuição para a pesquisa, respondendo as questões abaixo, até 30 de junho.

1. Qual a sua profissão e o seu cargo?

2. Qual a sua formação acadêmica?

3. No Fórum, você é representante:

- a) Da Secretaria Municipal de Educação
- b) Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- c) Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- d) Da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores
- e) Do Conselho Municipal de Educação – CME
- f) Da Universidade Aberta do Brasil
- g) De Instituições do Ensino Superior
- h) De Instituições da Educação Profissional
- i) De Instituições Privadas de Ensino
- j) Das Escolas Estaduais de Novo Hamburgo
- k) De Entidades Sindicais de Profissionais da Educação
- l) Dos Estudantes
- m) De Pais de Alunos
- n) Dos Empresários e Sistema “S”
- o) Do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)
- p) Do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência (CMPCD)
- q) Da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (OMEP)

- r) Do Conselho Municipal dos Direitos e Cidadania do Idoso
- s) Fórum Permanente de Educação Infantil de Novo Hamburgo (FORPEI-NH)
- t) Conselho Municipal de Educação dos Direitos da Mulher (COMDIM)

3.1. Informe o tempo (em anos) que você integra o Fórum.

4. Para você, o que significa qualidade da educação no município de Novo Hamburgo?

5. Marque até cinco alternativas que você considera como os principais indicadores da qualidade da educação do município.

- a) Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).
- b) Distorção idade-série.
- c) Escolaridade da população.
- d) Formação (titulação) dos professores.
- e) Formação continuada docente.
- f) Gestão democrática.
- g) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- h) Investimento financeiro.
- i) Matrículas na Educação Profissional Técnica.
- j) Matrículas no Ensino Superior.
- k) Número de matrículas na Educação Básica.
- l) Oferta de educação integral.
- m) Taxa de alfabetização.

6. Como a sua atuação no Fórum contribui para a melhoria da qualidade da educação no município?

7. Cite e explique, de maneira sucinta, as ações planejadas e implementadas pelo Fórum, visando a melhoria da qualidade da educação no município.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DA COMISSÃO
COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Este questionário integra a pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar da UNISINOS, pela acadêmica Jéssica Ramos Mota. A pesquisa aborda a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) de Novo Hamburgo. Assim, conto com sua contribuição para a pesquisa, respondendo as questões abaixo, até 30 de junho.

1. Qual a sua profissão e o seu cargo?

2. Qual a sua formação acadêmica?

3. Na Comissão, você é representante:

- a) Da Secretaria Municipal de Educação
- b) Da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Novo Hamburgo
- c) Do Conselho Municipal de Educação
- d) Do Fórum Municipal de Educação
- e) Da 2ª Coordenadoria Regional de Educação
- f) Do Fórum Permanente de Educação Infantil de Novo Hamburgo

3.1. Informe o tempo (em anos) que você integra a Comissão.

4. Para você, o que significa qualidade da educação no município de Novo Hamburgo?

5. Marque até cinco alternativas que você considera como os principais indicadores da qualidade da educação do município.

- a) Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).
- b) Distorção idade-série.
- c) Escolaridade da população.
- d) Formação (titulação) dos professores.
- e) Formação continuada docente.
- f) Gestão democrática.
- g) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- h) Investimento financeiro.
- i) Matrículas na Educação Profissional Técnica.
- j) Matrículas no Ensino Superior.
- k) Número de matrículas na Educação Básica.
- l) Oferta de educação integral.
- m) Taxa de alfabetização.

6. Como a sua atuação na Comissão contribui para a melhoria da qualidade da educação no município?

7. Cite e explique, de maneira sucinta, as ações planejadas e implementadas pela Comissão, visando a melhoria da qualidade da educação no município.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Este questionário integra a pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão e Supervisão Escolar da UNISINOS, pela acadêmica Jéssica Ramos Mota. A pesquisa aborda a Meta 7 do Plano Municipal de Educação (PME) de Novo Hamburgo. Assim, conto com sua contribuição para a pesquisa, respondendo as questões abaixo, até 30 de junho.

1. Qual a sua profissão e o seu cargo?

2. Qual a sua formação acadêmica?

3. Informe o tempo (em anos) que você integra a Comissão.

4. Para você, o que significa qualidade da educação no município de Novo Hamburgo?

5. Marque até cinco alternativas que você considera como os principais indicadores da qualidade da educação do município.

- a) Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).
- b) Distorção idade-série.
- c) Escolaridade da população.
- d) Formação (titulação) dos professores.
- e) Formação continuada docente.
- f) Gestão democrática.
- g) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- h) Investimento financeiro.

- i) Matrículas na Educação Profissional Técnica.
- j) Matrículas no Ensino Superior.
- k) Número de matrículas na Educação Básica.
- l) Oferta de educação integral.
- m) Taxa de alfabetização.

6. Como a sua atuação na Equipe Técnica contribui para a melhoria da qualidade da educação no município?

7. Cite e explique, de maneira sucinta, as ações planejadas e implementadas pela Equipe Técnica, visando a melhoria da qualidade da educação no município.
